

---

## **ÓPIO, CONFORTO OU ESPERANÇA?**

---

### **A CONCEPÇÃO DE RELIGIÃO**

---

### **EM GRAMSCI\***

---

ANAXSUELL FERNANDO DA SILVA\*\*

Resumo: *dentre os pensadores ligados ao movimento comunista, Antônio Gramsci é possivelmente quem dedicou maior atenção às temáticas religiosas. Interessava-se em analisar o papel contemporâneo da Igreja e a relevância da cultura religiosa entre as massas populares. O presente texto procura, pois, retomar os principais conceitos deste autor – considerado um dos principais teóricos do marxismo contemporâneo – dando uma especial ênfase à sua compreensão da questão religiosa. Assim, busca-se problematizar o percurso teórico de Gramsci que em seus primeiros textos enxergava a religião como um fenômeno alienante e, mais tarde, em seus estudos posteriores, encara-a como uma força ideológica com poder de mobilização das massas oprimidas*

Palavras-chave: *Gramsci. Religião. Alienação*

*Este desconcerto, este pânico social característico do atual período, empurra até mesmo os indivíduos mais atrasados historicamente a sair de seu isolamento, a buscar consolo, esperança, confiança na comunidade, a sentir-se próximos, a apegar-se física e espiritualmente a outros corpos e almas aterrorizados. Como poderia, por que caminhos poderia a concepção socialista do mundo dar uma forma a este tumulto, a este formigueiro de forças elementares? O catolicismo democrático fez o que o socialismo não poderia: une, ordena, vivifica e se suicida. (Antônio Gramsci)*

Um dos aspectos distintivo de Antônio Gramsci (1881-1937) – que além de ser filósofo e uma das principais referências do pensamento de esquerda no século XX, foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano – na tradição marxista, é a relevância atribuída por ele à cultura. Como lembra Kate Crehan (2004), a cultura não é vista por Gramsci apenas como um epifenômeno, ou seja, como um simples reflexo das relações econômicas mais fundamentais. Embora mantenha até seus últimos escritos a terminologia da “base” e da “superestrutura”, a antropóloga argumenta que Gramsci “na prática transcende esta metáfora simplista de camadas sobrepostas” (2004, p. 94). Antes de trabalharmos com mais vagar esta questão é preciso realçar este aspecto: a cultura em Gramsci não representa qualquer tipo de domínio autônomo. Assim como o pensador comunista não opõe a cultura qualquer base econômica mais fundamental, também não a opõe à história. A cultura, para ele, é gerada no decurso da história. Dito de outra maneira, as formas de ser e de viver no mundo que concebemos como cultura podem ser vistas como formas particulares assumidas pela interação de uma série de processos históricos em determinados momentos.

Singulariza-o, ainda no âmbito do marxismo, o fato do filósofo italiano estar seguro de que nem a mais rigorosa recessão do capitalismo levaria à revolução de modo automático ou inevitável, a menos que, antes, houvesse uma preparação ideológica. Para ele a história avançava, de fato, mas não propagava-se para um ponto final conhecido e previsível. Leandro Konder advoga que Gramsci “desenvolveu uma interpretação bastante original da filosofia de Marx. Para ele, a perspectiva do pensador alemão era a de um ‘historicismo absoluto’” (KONDER, 2002, p. 102). E, ao comentar a perspectiva revolucionária de Gramsci (2002, p. 110), afirma que esta

*o incitava a tentar contribuir para a criação de organizações capazes de atuar num sentido político-pedagógico, capazes de ajudar a população a tornar mais críticas suas maiores atividades já existentes. Sua intenção era a de mobilizar o maior número possível de pessoas para a realização de um programa que resultasse em aumentada liberdade e em diminuição da coerção na sociedade.*

Gramsci desenvolve, em relação aos seus antecessores, uma reflexão mais refinada e complexificada acerca da sociedade e do Estado. Para o comunista italiano o Estado é força e consenso. Isto é, apesar de servir a uma classe dominante ele não se mantém tão somente pela força e pela coerção legal; sua dominação é mais sutil e eficaz. Por diversos meios e sistemas, inclusive e principalmente, através de entidades que aparentemente estão fora da estrutura estatal coercitiva, o Estado se mantém e se reproduz como instrumento de uma classe, também engendrando o consenso no seio da sociedade. É desta maneira que Gramsci amplia a visão marxiana do Estado, interpretando-o como um ser que a tudo envolve, o qual é composto pela sociedade política e a sociedade civil.

Ainda acentuando o realce dado por Gramsci ao conceito de sociedade, cabe mencionar que ele a vê como uma totalidade orgânica. Assim desaparece, como já mencionamos, da produção gramsciana a determinação da estrutura em relação a superestrutura. Em Gramsci há um desenvolvimento recíproco, visto que estrutura é o conjunto de transformações históricas. Nesse sentido a sociedade civil é o espaço onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade. Nela articulam-se capacidades de direção ético-política, ocorre a disputa de poder e a dominação. Assim, sociedade civil deve ser compreendida como o conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso forma um todo indissolúvel com a sociedade política. Ou seja, sociedade política e sociedade civil formam dois planos superpostos que só podem ser separados com fins meramente analíticos<sup>1</sup>.

Ainda no âmbito das generalidades, e antes de avançarmos para aquilo que é nodal nesse texto, vale mencionar que a compreensão do senso comum é um dos elementos básicos da análise gramsciana para o engendramento de uma consciência crítica. Logo nas primeiras páginas, do volume inicial, dos cadernos, imediatamente depois de afiançar a qualidade de “filósofos” a todos os homens, o autor externa a necessidade de compreender o senso comum, separando-o tanto da filosofia quanto da religião. O senso comum, ainda que pareça permanente e invariável, está ininterruptamente em transformação. Os entendimentos populares a respeito do mundo emergem muitas vezes como uma consequência inexorável do próprio mundo, evidências que fornecem uma base para a construção do senso comum. Segundo Gramsci (1999, v.1, p. 96)

*O ‘senso comum’ é um nome coletivo, como “religião”, inexistente um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum, e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’ que se contrapõe ao senso comum.*

Tal senso comum está o tempo todo sendo afetado pelas mais diversas influências, acumulando saberes tradicionais, modernos e eventualmente científicos em uma amálgama de considerações práticas para o uso cotidiano. De certa maneira, o senso comum é uma instância acumuladora do senso prático empregado pelo indivíduo em suas relações com o mundo, assegurando-lhe a compreensão imediata do que vive.

Se para grande parte da tradição marxista, a revolução que conduziria a transformação da sociedade teria seu ápice a partir na tomada do Estado, para Gramsci os termos devem ser invertidos, antes de atacar o Estado-burguês seria necessário transformar a força cultural e política, tornando os ideais revolucionários hegemônicos, isto é dirigente da Sociedade Civil, dentro de um sistema de alianças. Esta batalha deveria ser travada no plano das idéias (científicas, filosóficas, religiosas, artísticas, etc), daí a importância do papel desempenha-

do pelo intelectual, pelo educador e pelo efeito multiplicador dos meios de comunicação social no sentido de mudar a mentalidade, divorciando-a dos sistemas de valores tradicionais e estabelecendo novos valores. É por isso que em Gramsci ganha importância a idéia de uma Reforma Intelectual e Moral, a fim de alcançar uma mudança de mentalidade nas sociedades ocidentais que se constituem de normas, crenças, critérios e convicções.

Mesmo que este não seja o objetivo central desse texto é possível, e ao mesmo tempo fundamental, adiantar que essa abordagem possibilita identificar um conceito de hegemonia que se constrói a partir de uma clara diferenciação dos mecanismos de direção e dominação. De acordo com uma bem conhecida passagem dos *Quaderni del carcere*,

*O critério metodológico sobre o qual é preciso fundar a própria análise é o seguinte: que a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou submeter mesmo que com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder e na medida em que o mantém fortemente em suas mãos, toma-se dominante, mas deve continuar sendo 'dirigente' (GRAMSCI, 1978, p. 276-7).*

Entretanto esta diferenciação, como bem lembrou Bianchi (2008), é o ponto de partida e não de chegada na abordagem gramsciana. É importante realçar um outro eixo de diferenciação que se cruza com este, um eixo que se estabelece a partir da distinção das forças sociais que organizam a hegemonia e de suas diferentes temporalidades. É nesse cenário que ganha relevância um retorno a concepção de religião em Gramsci.

A expressão “a religião é o ópio do povo” tornou-se praticamente um aforismo, e muitos (sejam eles partidários ou oponentes) a consideram como a quintessência da concepção marxista do fenômeno religioso. Em artigo relativamente recente, Michael Löwy (2007) nos lembra que esta afirmação não é de todo especificamente marxista<sup>2</sup>. Contudo, é com Marx que esta expressão ganharia evidência pouco depois num artigo<sup>3</sup>. Löwy alerta-nos para o fato de que uma leitura atenta do parágrafo onde aparece esta frase, no texto marxiano, revela a complexidade de sua utilização. Embora obviamente crítico da religião, Marx considera o caráter dual do fenômeno e expressa: “A angústia religiosa é ao mesmo tempo a expressão da dor real e o protesto contra ela. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, tal como o é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo” (MARX *apud* LöWY, 2007, p. 103). Será em *A Ideologia Alemã* (1846), que o característico estudo marxista – pelas mãos de Marx e Engels – da religião como uma realidade social e histórica ganhou

pujança. O aspecto fulcral deste novo método para a análise da religião é aproximar-se dela como uma das diversas formas de ideologia – ou seja, da produção espiritual de um povo, da produção de idéias, representações e consciência, necessariamente condicionadas pela produção material e as correspondentes relações sociais. Embora ele esteja acostumado a utilizar o conceito de “reflexo” – o qual conduzirá, de acordo com Löwy (2007), a várias gerações de marxistas para um beco sem saída – a idéia chave do livro é a necessidade de explicar a gênese e desenvolvimento das distintas formas de consciência (religiosa, ética, filosófica, etc.) pelas relações sociais.

Possivelmente devido a sua educação pietista, Friedrich Engels mostrou um interesse significativo pelo fenômeno religioso e seu papel histórico. A principal contribuição do referido filósofo alemão ao estudo marxista da religião é sua reflexão pormenorizada da relação entre representações religiosas e as lutas de classes. Além da conhecida polêmica filosófica “materialismo contra idealismo”, ele buscava entender e explicar formas históricas e sociais concretas de religião. A cristandade emergiu (semelhante a Feuerbach) como uma “essência” atemporal, mas sim “como um sistema cultural experimentando transformações em diferentes períodos históricos” (LÖWY, 2007, p. 6). Inicialmente a cristandade foi uma religião dos escravos, em seguida a ideologia estatal do Império Romano, depois vestimenta da hierarquia feudal e finalmente se adapta à sociedade burguesa. Deste modo, a religião aparece como um espaço simbólico no que se enfrentam forças sociais antagônicas – à guisa de uma exemplificação cabe mencionar, no século XVI, a teologia feudal, o protestantismo burguês e os plebeus hereges.

No rastro dessas análises, muitos marxistas no movimento de trabalhadores europeus eram extremamente hostis à religião, mas julgavam que a guerra atéia contra a ideologia religiosa devia subordinar-se às necessidades concretas da luta de classes, a qual demandava a unidade entre trabalhadores que acreditam em Deus e aqueles que não acreditam. Lênin que sucessivamente caracterizou a religião como “névoa mística” insistiu em seu artigo “*Socialismo e religião*” (1905) que o ateísmo não deveria ser parte programática do Partido já que a “unidade na real luta revolucionária das classes oprimidas por um paraíso na terra é mais importante que a unidade na opinião proletária sobre o paraíso no céu”<sup>4</sup>.

Dentre os pensadores do movimento comunista, Gramsci é possivelmente quem dedicou maior atenção às temáticas religiosas. Diferentemente de Engels não estava interessado no cristianismo primitivo ou nos hereges comunistas da Idade Média, mas sim na função exercida pela Igreja Católica na sociedade capitalista moderna. O fundador do Partido Comunista Italiano é um dos primeiros marxistas que buscou analisar o papel contemporâneo da Igreja e a relevância da cultura religiosa entre as massas populares.

Nos escritos da juventude<sup>5</sup>, Gramsci enxergava a religião como um fenômeno alienante, que remete para as esferas meta-históricas, entendimento predominante entre os marxistas do início do século XX. Já em seus estudos posteriores, ele passou

a ter uma nova percepção da religião, encarando-a como uma força ideológica com poder de mobilização das massas oprimidas, em especial os camponeses, para a luta prática, material. Assim ele define o fenômeno religioso:

*A religião é a mais gigantesca utopia, isto é, a mais gigantesca “metafísica” que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar, em uma forma mitológica, as contradições reais da vida histórica: ela afirma, na verdade, que o homem tem a mesma “natureza”, que existe o homem em geral, enquanto criado por deus, filho de deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre os outros e da mesma maneira que os outros; e ele pode se conceber desta forma espelhando-se em deus, “autoconsciência” da humanidade; mas afirma também que nada disto pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em outro (utópico). Desta maneira, as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentavam entre os homens; entre homens que não se vêem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles. Ocorreu assim que, em toda sublevação radical das multidões, de um modo ou de outro, sob formas e ideologias determinadas, foram colocadas estas reivindicações (GRAMSCI, 1981, p. 43).*

O que atraiu a atenção de Gramsci para a relação entre a Igreja e o povo foi a entrada de católicos – em especial das camadas populares – no Partido Popular, a partir de 1919, em oposição sistemática ao Partido Liberal burguês, o que induziu ao conflito entre a hierarquia católica e o Estado. Esse divórcio, que se deu no nível ideológico, será resolvido pelo Estado que conseguiu absorver – durante o período da Primeira guerra e das revoltas operárias – a Igreja e assimilar os mitos religiosos e utilizá-los como artifícios do governo, em acordo com os altos escalões da Igreja católica. O Partido Popular agrupava e representava interesses colidentes de camponeses, médios proprietários e latifundiários católicos. O conflito entre Igreja e Estado, que ocultava-se no âmbito religioso, agora explicita-se politicamente, e a convivência entre latifundiários e camponeses torna-se uma impossibilidade.

Neste cenário, a questão religiosa ganha importância em Gramsci. Se a tradição marxista, no que tange à religião, hesitou entre a especulação filosófica e o combate político, carecendo de uma análise apurada das condições de formação e de disseminação das idéias religiosas, Gramsci não atribui menor importância ao problema.

É bem verdade que ao considerar a religião como “ópio do povo”, mesmo a despeito de sua desqualificação enquanto projeto político, Marx entrevê sua relevância social, na medida em que ela teria poder para inebriar a disposição afetiva em relação a revolta dos explorados. Contudo em Gramsci, por várias razões, esta característica dual da religião será melhor estudada.

O fenômeno religioso, embora não se destaque quantitativamente, manifesta-se como um dos temas fundamentais da reflexão gramsciana, principalmente nos Cadernos de prisão, e de modo mais específico, no seu quarto volume<sup>6</sup>. Comentadores da

obra do filósofo, como Hugues Portelli consideram que “o fenômeno religioso é um dos temas essenciais da reflexão gramsciana” (PORTELLI, 1984, p. 15). Ainda que sejam fragmentadas, e pouco sistematizada, os Cadernos trazem consigo reflexões profundas sobre o tema. O líder comunista italiano escreveu sobre o fenômeno religioso durante todo o período no qual esteve em cárcere pelo regime fascista, mas foi no final do período de sua prisão, e conseqüentemente no final de sua vida, portanto entre os anos de 1934-35, que sistematiza seus escritos no *Caderno 20*. Neste, encontra-se a chave analítica do enfoque dado ao acompanhamento histórico dos intelectuais religiosos, além da descrição das lutas travadas entre as forças internas presentes na Igreja Católica. Cabe mencionar que a análise da religião feita por Gramsci contempla apenas a Igreja Católica. Mussolini permitia que chegasse às mãos do filósofo literatura católica, sobretudo – mas não exclusivamente – a revista jesuíta *Civiltà Cattolica*. Embora Gramsci se mostre consciente da diferença, isto é, da pluralidade de interesses e concepções da religiosidade católica, parece ser igualmente evidente sua pouca habilidade em saber no que tal diferença consiste. Obviamente Gramsci, enquanto adepto da tradição marxista, lida com a religião segundo uma visão imanentista. Ou seja, considera-a um fenômeno histórico e cultural que embora seja rico de significado não é – e nem poderia ser – expressão da transcendência. Situando-a entre a filosofia e o senso comum, ele afirma:

*A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Ver como, na realidade, tampouco coincidem religião e senso comum, mas a religião é um elemento do senso comum desagregado. Ademais, “senso comum” é um nome coletivo, como “religião”: não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’, que se contrapõe ao senso comum* (GRAMSCI, 1999, v.1, p. 86).

E, pouco depois, vai além ao afirmar que a religião seria uma tentativa de conciliação “sob forma mitológica” (*Idem*) das contradições reais da vida histórica (GRAMSCI, 1999, v.1, p. 86). O método empreendido por Gramsci para este estudo é, pois, fundamentalmente histórico: os Cadernos tentam investigar como a religião cristã – no caso, a Igreja Católica – evoluiu, como, de ideologia e organização intelectual, saídas diretamente das classes subalternas, tornaram-se de modo progressivo exteriores e impondo-se a estas classes. Nesse sentido, preocupa muito mais ao pensador marxista investigar a vida concreta das instituições e da fé religiosa. Gramsci, como já mencionamos, nos apresenta a religião como uma instituição possuidora das contradições que perpassam a sociedade de classe, em alguns momentos (os quais voltaremos adiante) como

força revolucionária, noutros como expressão da alienação das massas. Contudo, vai além da ortodoxia marxista ao oferecer uma concepção distinta de ideologia – como visão de mundo –, ao censurar a noção economicista de apreciação do fenômeno religioso – para ele a superestrutura religiosa não é determinada de forma mecânica pela infra-estrutura econômica –, e, ainda, na medida em que dá ênfase ao papel dos intelectuais religiosos, e às contradições internas, ao longo do processo histórico na Igreja Católica. Cabe dizer que Gramsci compreendia o intelectual<sup>7</sup> como sendo o sujeito competente na formulação de uma leitura coerente do mundo e cumpre uma função organizadora, numa sociedade caracterizada pelas diferenças e divisões sociais.

*As forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais* (GRAMSCI, 1981, p. 63).

Sua relação com a temática religiosa era ambígua. Por um lado procurava entender como uma ideologia brotava das classes subalternas e, de forma vagarosa e sistemática, se impunha a estas classes como poder externo, que traz consigo a capacidade de explicar o mundo, configurando assim uma relação de dominação. Doutro modo, Gramsci considera valiosos os conceitos religiosos visto que eles podiam cimentar valores e desejos populares, dito de outro modo, poderiam sistematizar valores difusos, dispersos na sociedade, e consolidar uma visão de mundo compreendida, aceita e legitimada. Na Itália, a religião detinha este poder simbólico de emoldurar a cultura e constituir um elo entre a razão e a crença. Neste sentido a fé geraria a identidade popular.

Nos cadernos residem três definições da religião (PORTELLI, 1984), a saber, a “confessional”, a “leiga” e uma definição que resultaria da síntese das duas anteriores. A primeira contempla os seguintes elementos, que embora não analisados com vagar por Gramsci são por ele apresentados de forma esquemática:

*1) A crença de que existem uma ou mais divindades pessoais que transcendem as condições terrestres temporais; 2) o sentimento dos homens que dependem destes seres superiores que governam a vida do cosmo; 3) a existência de um sistema de relações (culto) entre nomes e deuses* (GRAMSCI, 2006, v. 4, p. 210).

A segunda definição, elaborada pelo seu principal interlocutor Benedetto Croce, opõe-se à primeira. Concepção essa que segundo Portelli foi defendida por Gramsci em seus escritos de juventude, mas rejeitada (ainda que parcialmente) nos *Cadernos* já que nela Croce qualificava como religião toda “filosofia” que se traduz em norma de conduta prática. Gramsci censura esta definição por confundir a noção de ideologia – que corresponde a noção croceana de religião – e a de religião.

Na terceira definição Gramsci considera que “A religião e o senso comum não podem constituir uma ordem intelectual porque não podem reduzir-se à unidade e à coerência na consciência individual, para não falarmos de consciência coletiva” (GRAMSCI, 2006, v. 4, p. 214).

É possível identificar, nos *Cadernos*, dois aspectos essenciais em sua análise religiosa. Primeiro, uma tentativa de definição da religião como ideologia específica, tal aspecto traz à tona a problemática da relação entre a religião e os distintos tipos de ideologia. Outro aspecto, diz respeito à crítica filosófica da concepção religiosa do mundo, sua intenção era investigar o porquê da *weltanschauung*, um valor cognitivo que interpreta o mundo ético e orienta a ação, não se prolongar numa práxis. Constatando assim que as ideologias têm amplitude e potencialidade distintas. É desse aspecto que emerge sua diferenciação entre filosofia e religião, ou ainda entre religião e senso comum.

Gramsci concebe o cristianismo como sendo a história do surgimento, ascensão e declínio de uma “ideologia específica” e de seus intelectuais. Pondera acerca das funções históricas desempenhadas pela Igreja Católica em cada período. Nesse sentido, a crítica gramsciana da religião progride na direção de caracterizar o fenômeno religioso por sua incoerência entre “materialismo prático e idealismo teórico”. Esse dualismo religioso é constantemente criticado por Gramsci e constitui o ponto nodal de sua reflexão acerca desse fenômeno na sociedade.

Gramsci lembra que, desde o final do século XIX, existem três tendências atuantes internamente na Igreja Católica, são elas: os integristas, os modernistas e os jesuítas que, por ser uma congregação influente e coesa, o autor opta por defini-los também como tendência. As camadas sociais do bloco católico são representadas por essas tendências. Suas disputas são caracterizadas como partidos internos que lutam pelo controle institucional da instituição. Os integristas, “partidários da intransigência ideológica e política”, representam o segmento conservador da sociedade. Os modernistas são um conjunto de “correntes bastante heterogêneas” decompostas em duas forças basilares: uma próxima das classes populares, benfeitor ao socialismo, e outra que se aproxima das correntes liberais, aderente à democracia liberal.

O autor em questão aprecia a ação dessas tendências internas como “lutas entre partidos”. Dessa maneira, a unidade religiosa, principalmente dos católicos que procuram manter sua condição internacional, é aparente, pois oculta uma série de divergências em relação à visão de mundo da Igreja Católica.

Para Gramsci, o Cristianismo, ao longo de sua história, passou por um processo de desagregação e contaminação doutrinária. O povo, a partir do século VII, deixou de compreender o latim (língua oficial da liturgia católica) e, sem domínio da hierarquia, assumiu particularidades, afastando-se dos dogmas pregados pelos “intelectuais” católicos. Assim surgiram várias formas e seitas diversas dentro do Catolicismo: “Há um catolicismo dos camponeses e um catolicismo dos pequenos-burgueses, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo” (STACCONE,

1991, p. 193).

Não obstante, mesmo censurando a natureza dual do fenômeno religioso, Gramsci também vislumbra suas características positivas. Como afirmou Ortiz (2006, p. 99):

*A religião, para ele, é uma concepção de mundo que interpreta a realidade (elabora uma versão), permite aos fiéis nela atuar segundo uma determinada ética, mas simultaneamente os agrega no interior da mesma comunidade. Essa idéia atravessa as páginas dos Cadernos, sintetizada na afirmação de que o catolicismo é o 'intelectual orgânico' da Idade Média.*

Contudo, Portelli esclarece que a apreciação da religião como “ópio do povo” é invariável nos *Cadernos*. Afirma ainda que Gramsci interessou-se, sobretudo, na religião como “norma de conduta prática”. Neste sentido, a religião poderia conduzir a atitudes totalmente opostas: uma ativa e progressista – relativa ao cristianismo primitivo ou ao protestantismo –, ou a passiva e conservadora relacionada ao cristianismo jesuitizado.

É esta a razão que levou Gramsci a analisar a Igreja como aparelho ideológico. Conforme Portelli (1984, p. 37), o “estudo da Igreja como aparelho ideológico permite, pois, compreender o segundo aspecto essencial do fenômeno religioso: o dos intelectuais religiosos e de suas relações com o aparelho de Estado”. Deste modo, Gramsci nos municia com dois instrumentos conceituais necessários para o esboço das funções históricas de uma igreja na sociedade, são eles: a idéia de religião como uma forma de ideologia específica e a idéia da religião como aparelho ideológico.

E é esta segunda atitude que Gramsci considera como opiácea, pois ela compreende uma fase de declínio em que a religião perdeu sua função histórica e tem sobrevida devido aos mecanismos de repressão por ela adotados. Isso acontecera com o catolicismo, ele se tornara “ópio do povo” depois da contra-reforma, quando tornou-se inútil e não exprimia mais a necessidade das massas que controlava. A partir desse momento, a ideologia religiosa tornou-se um freio à iniciativa das massas, à sua emancipação política, mantendo-as na passividade.

É nesse sentido que a religião não é automaticamente ópio do povo, ela se torna tal, na medida em que, superada por uma “concepção superior do mundo” impede toda evolução. Essa perspectiva, tal qual a que mencionamos na epígrafe, leva-o a reconhecer que a religião pode ser uma necessidade.

*A religião cristã, que – em um certo período histórico e em condições históricas determinadas – foi e continua a ser uma “necessidade”, uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida. Mas, também neste caso trata-se do cristianismo ingênuo; não do cristianismo jesuitizado transformado em simples ópio para as massas populares (GRAMSCI, 2006, v.1, p. 107).*

Deve-se levar a efeito o fato de o filósofo do qual estamos tratando sublinha que o reconhecimento desta necessidade não deve conduzir ao erro inverso, a saber, considerar toda ideologia religiosa como necessária; ora, a religião é, no fim das contas, contemplada em função de seu conteúdo e não tanto do caráter prático que ela encerra: o determinismo católico é imprescindível quando corresponde a um movimento popular, mas deve ser vorazmente combatido quando conduz as massas à passividade. Assim, seja “excitante” nos períodos progressistas, ou “opiante” nos momentos de declínio, o determinismo religioso continua, de fato, a ser um alucinógeno ideológico.

*A opinião coerente é a seguinte: não se deve destruir a religião se não houver alguma coisa a colocar no lugar dela na alma dos homens. Mas como compreender isso quando se produziu uma substituição e a realidade antiga pode ser destruída? Outra maneira de pensar ligada à primeira: a religião é necessária ao povo, ou antes, necessária ao “comum”, como se diz nesses casos. Naturalmente, cada qual julga que não pertence mais ao “comum”, mas que todos os outros o são; por esta razão, as pessoas julgam que é necessário fingir que são religiosas, para não perturbar o espírito dos outros e lançá-los na dúvida (GRAMSCI apud PORTELLI 1984, p. 32).*

A análise do fenômeno religioso é situada no nível das relações entre os diversos tipos de aparelhos ideológicos e, principalmente, as existentes entre partidos políticos e Igrejas. A concepção gramsciana é que estes dois tipos de aparelhos e ideologias estão estreitamente relacionados, “A história dos partidos e das correntes políticas não pode ser separada daquela dos grupos e das tendências religiosas”. Assim, privilegiar o exame das ideologias políticas e religiosas e de sua propagação seria necessário na medida em que elas constituem as formas fundamentais de concepção do mundo.

Por fim, é importante ressaltar que os estudos religiosos de Gramsci representam uma análise crítica da função prática da ideologia religiosa e dos meios de combatê-la ou mesmo neutralizá-la na sociedade. Sua noção da religião é muito ligada à idéia de ideologia, mas não como um conjunto homogêneo e sim subdividido em sub-religiões de acordo com os grupos sociais no qual está inserida. Na visão deste autor, toda religião é na realidade uma multidão de religiões distintas e freqüentemente contraditórias. Portanto, não há em Gramsci uma teoria geral de crítica à religião, pois a análise é feita a partir da “função histórica” do fenômeno religioso em determinado contexto histórico, sendo ela uma forma particular de ideologia, um fenômeno permanente na sociedade.

Debruçar-se sobre o cristianismo permitiu a Gramsci elaborar conceitos que aprofundam sua análise das superestruturas políticas e ideológicas, contribuindo singularmente à teoria marxista. Cabe exemplificar sua definição de igreja como casta de intelectuais tradicionais; sua leitura do mundo católico medieval como

exemplo primoroso de hegemonia e ainda das reformas protestantes como modelos de “reforma intelectual e moral”.

A conclusão que Gramsci parece ter chegado é de que o fenômeno religioso é um fenômeno durável, que está vinculado à cultura popular e sobrepuja o mapa limitado das religiões confessionais para impregnar o senso comum e, de maneira mais geral, todas as ideologias que se espargem nas classes subalternas. Assim, a religião – e por isso a luta contra a ideologia religiosa – deverá ser travada em duas direções: contra as religiões e Igrejas tradicionais – principalmente a Igreja Católica – e contra as deformações religiosas das ideologias modernas.

Uma análise do fenômeno religioso no autor em questão deve considerar que ele teve acesso, enquanto estava preso, apenas as chamadas “literaturas de sacristia”, ou seja, folhetos católicos populares, em que inexistia aprimoramento do pensamento filosófico ou religioso, apenas voltada para o conhecimento em geral. Gramsci atribui excessiva importância a tais publicações, debatendo com autores anônimos e interpelando-os no âmbito político e filosófico. Obviamente, esta limitação é uma imposição circunstancial, uma vez que na prisão era o que ele dispunha.

## OPIUM, COMFORT OR HOPE? THE CONCEPT OF RELIGION IN GRAMSCI

*Abstract: Amongst on thinkers to the communist movement, Antonio Gramsci is possibly who dedicated bigger attention to thematic the religious ones. He was interested in analyzing the paper contemporary of the Church and the relevance of the religious culture between the popular masses. The present text looks for, therefore, to retake the main concepts of this author - considered one of the main theoreticians of the marxism contemporary - giving a special emphasis to its understanding of the religious question. Thus, one searches to retake the theoretical passage of Gramsci in him first texts to posterior studies, that he think it as an ideological force with being able of mobilization of the oppressed masses.*

**Keywords:** *Gramsci. Religion. Alienation.*

### Notas

- 1 Álvaro Bianchi (2008) adverte que embora Gramsci tenha destacado isso, vários autores tem insistido na separação metodológica entre Estado e sociedade civil.
- 2 No mesmo artigo, Löwy (2007) recupera o uso da mesma frase, em diversos contextos, nos escritos de Immanuel Kant, J. G. Herder, Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Moses Hess, Heinrich Heine e entre outros.
- 3 *Sobre a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844).
- 4 Publicado no jornal *Nóvaia Jizm*, nº 28, 03/12/1905. Disponível em: <[www.marxists.org/portugues/lenin/1905/12/03.htm](http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/12/03.htm)> Acesso em: 17 out.2009.

- 5 Refiro-me aqui, de maneira específica, aos textos produzidos até 1921.
- 6 Refiro-me aqui a edição brasileira editada por Carlos Nelson Coutinho.
- 7 Numa carta à sua cunhada Tatiana Schucht de Dezembro de 1931, Gramsci (*apud* RÊGO, 1991) explica: “Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política ( ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e a economia a um dado momento); e não como equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil ( ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercidas através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)”

#### Referências

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CREHAN, Kate. *Gramsci, cultura e antropologia: a questão do poder e as relações entre cultura, sociedade e política*. Lisboa: Campo Comunicação, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. 6v.

GRAMSCI, Antônio. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1981

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LENIN, V. I. *Socialismo e Religião*. *Jornal Nóvaia Jizm*, n. 28, 03.12.1905. Disponível em: <[www.marxists.org/portugues/lenin/1905/12/03.htm](http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/12/03.htm)>. Acesso em: 17 out. 2009.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo?. In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. [s.l.], 2007.

ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, 2006.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984.

RÊGO, João. Reflexões sobre A Teoria Ampliada do Estado em Gramsci. *Jornal do Commercio*, Recife/PE, 05 abr. 1991. Caderno Cultural.

STACCONE, Giuseppe. *Filosofia da religião: O pensamento do homem ocidental e o problema de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1991.

\* Recebido: 10.05.2010.  
Aprovado: 23.06.2010.

\*\* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.  
*E-mail:* anaxsfernando@yahoo.com.br